



REQUERIMENTO n° _____/2026

Requer informações a respeito dos recursos do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

Documento _____

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras,
Senhores Vereadores:

A Vereadora Manoela Rosa Couto vem respeitosamente, com base no que preceitua o art. 146 do Regimento Interno desta Casa Legislativa **REQUERER** que, após aprovado pelo douto Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Prefeito, para que determine aos setores competentes que prestem as seguintes informações:

a) Em que fase se encontra o processo administrativo relacionado à futura contratação da operação de crédito via FINISA, especificando cada etapa já concluída e as pendentes;

b) Informar se o fato de o Município eventualmente se encontrar no limite prudencial de despesa com pessoal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, impacta ou pode impactar a análise, aprovação ou liberação de crédito no âmbito do FINISA;

c) Quais são os critérios fiscais e financeiros atualmente considerados para a concessão de crédito ao Município, especialmente quanto a:

- capacidade de endividamento;
- classificação de risco;
- cumprimento de limites legais e constitucionais;

d) Detalhar quais seriam os impactos financeiros da eventual contratação da operação de crédito no orçamento municipal, incluindo:

- previsão de aumento do endividamento consolidado;
- impacto anual com pagamento de juros e amortizações;
- fonte de recursos para pagamento da dívida;
- possível comprometimento da capacidade de investimento do Município nos exercícios seguintes

JUSTIFICATIVA





Justifica-se o presente requerimento em razão de assegurar a transparência na gestão fiscal e administrativa do Município, especialmente no que se refere à eventual contratação de operação de crédito no âmbito do FINISA.

É fundamental compreender a real situação fiscal do Município, em especial quanto ao enquadramento nos limites de despesa com pessoais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que tal condição pode impactar diretamente a capacidade de contratação de crédito, bem como gerar reflexos relevantes no equilíbrio das contas públicas.

A eventual contratação de financiamento público implica compromissos financeiros futuros, com repercussões diretas no orçamento municipal, incluindo o pagamento de juros, amortizações e possível limitação da capacidade de investimento em exercícios subsequentes. Dessa forma, é imprescindível que tais decisões estejam devidamente fundamentadas em estudos técnicos, planejamento orçamentário e respeito aos limites legais.

O acesso a essas informações é essencial para o adequado exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, bem como para garantir à população o direito à informação clara e precisa sobre a gestão dos recursos públicos.

Diante do exposto, o presente requerimento visa obter esclarecimentos formais e documentação comprobatória, a fim de afastar dúvidas, evitar desinformação e assegurar a plena transparência dos atos da Administração Pública.

Uruguaiana, 25 de março de 2026.

Ver.^a Manoela Rosa Couto
Bancada do PDT



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 82CB-82E0-809F-475B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MANOELA ROSA COUTO (CPF 003.XXX.XXX-70) em 25/03/2026 09:57:22 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmuruguaiana.1doc.com.br/verificacao/82CB-82E0-809F-475B>